

O DEVIR DA UFF CAMPOS: O REUNI E A TRAJETÓRIA DE ALUNAS NEGRAS NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

The becoming of UFF Campos: the meeting and the trajectory of black students in the Social Service Course

Juliana D. Lobo Prudencio*
Universidade Federal Fluminense

Leda Regina Barros Silva**
Universidade Federal Fluminense

Micheli Marques Borowsky***
Universidade Federal Fluminense

Resumo

A partir do relato de experiência de duas mulheres negras egressa e cursante do curso de Serviço Social do Departamento da UFF Campos compreender historicamente a política de ações afirmativas no contexto nacional apresentando os atravessamentos e enfrentamentos postos para a implementação de tal política na UFF Campos, a partir do REUNI. Com isso, o presente artigo buscar apresentar a implementação do REUNI na UFF Campos através das alunas do curso de Serviço Social, refletindo sobre suas inserções e permanência no curso de graduação através da análise de suas trajetórias educacionais e profissional. Para tal, utilizou-se da revisão de literatura, análise documental e entrevista semi-estruturada como recursos metodológicos. E apresenta-se como narrativas de análise crítica para o estudo sobre o REUNI na UFF Campos a possibilidade da expansão universitária, da emancipação de alunas e alunos negros e o acesso a diversidade no campus universidade.

Palavras-chave: Serviço Social. REUNI. Mulheres Negras. Universidade Pública. Assistência Estudantil.

Abstract

From the experience report of two black women graduating and attending the Social Service course at the UFF Campos Department, to understand historically the policy of affirmative action in the national context, presenting the crossings and confrontations put in place for the implementation of such a policy at UFF Campos, the from REUNI. Thus, this article seeks to present the implementation of REUNI at UFF Campos through the students of the Social Service course, reflecting on their insertions and permanence in the undergraduate course through the analysis of their educational and professional trajectories. To this end, literature review, document analysis and semi-structured interviews were used as methodological resources. And, as narratives of critical analysis for the study of REUNI at UFF Campos, the possibility of university expansion, the emancipation of black students and access to diversity on the university campus is presented.

Keywords: Social Service. REUNI. Black Women. Public university. Student Assistance.

Introdução

A Universidade Federal Fluminense (UFF) e o curso de Serviço Social ao fincar suas raízes no início da década de 1960, na Planície Goytacá, constituindo-se a primeira formação no ensino superior público federal e gratuito, cumpre uma das funções sociais mais relevantes da universidade pública que é a sua interiorização ampliando as oportunidades de acesso à educação superior pública, até então, restrito às famílias mais abastadas das capitais e do interior.

No município de Campos dos Goytacazes - o maior em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro - pensamento e ação política, em defesa de políticas públicas educacionais, potentes e articuladas às principais e complexas demandas sociais, movimentaram importantes lideran-

ças femininas, assistentes sociais, para que a formação superior, pública e gratuita fosse implantada por meio de uma instituição federal de ensino¹. Foi a Universidade Federal Fluminense que encampou essa iniciativa.

Ao longo da história da educação superior brasileira observa-se que a questão da participação dos jovens no ingresso às universidades públicas, se concentrou no acesso restrito aos filhos da elite. Por ter condições financeiras de estudar em escolas particulares e pagar mensalidades em cursos pré-vestibulares que, até 2011 foi o filtro para separar o “joio do trigo”, estes jovens tiveram melhores oportunidades socioeconômicas para disputar uma vaga nos cursos de graduação ofertados pelas instituições públicas de ensino superior (IES).

Em linhas gerais, tivemos como ponto de partida o ensino superior voltado para a preparação dos burocratas do Estado brasileiro até chegar, após anos de uma trajetória de luta e manifestações dos movimentos sociais em defesa da educação como um direito social, assim como o levante do Movimento Estudantil em 1968 na Reforma Universitária, resultando na gratuidade no ensino superior.

Com isso, também, apresenta notória contribuição na luta para o acesso e a expansão da educação pública brasileira como marca da política educacional de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, a partir de 2007. Essa trajetória em Campos foi marcada por uma dinâmica construída por diálogos, envolvendo tensionamentos, disputas e consensos em torno do debate e aprovação de seu projeto. Os movimentos, diálogos e disputas para a chegada de novos cursos e seus atores são a marca da trajetória do Reuni em Campos.

Diante disso, cabe destacar que a proposta é apresentar por meio deste ensaio a implantação e as importantes passagens da implementação do REUNI na universidade e sua inserção na vida acadêmica, através da fala de duas mulheres negras estudantes e que vivenciaram e vivenciam a expansão como discentes do Curso de Serviço Social.

Nesse contexto, a política educacional REUNI ao possibilitar a expansão de cursos e sujeitos no interior da universidade pública, com a formação em Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Geografia, Psicologia e História, propiciou a diversidade de atores, de histórias, de culturas resultando na pluralidade e na interação no espaço público. Com o REUNI efetiva-se a possibilidade do ingresso de alunas e alunos negros nas universidades federais brasileiras atrelados a Lei de Cotas e as Políticas de Ações Afirmativas como via de permanência destes estudantes.

O enegrecer da UFF nas terras Goitacá é um dos campos de reflexões travados neste artigo para que seja possível compreender a instauração do REUNI e a importância do programa para o acesso de pessoas negras a universidade pública, mas, sobretudo destaca a relevância da

¹ Uma das mulheres é egressa com três passagens na UFF Campos: uma graduação no Serviço Social no início da implantação do Programa REUNI (2007); a outra graduação em História (2011); e posteriormente no Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP). A outra entrevistada é estudante do curso de Serviço Social do 8º período.

construção de alternativas possíveis para não apenas assegurar a entrada e, sim resistir a permanência desses atores até a conclusão do curso superior. Em especial a partir das bolsas de assistência estudantil e acadêmica.

As políticas de expansão da educação superior no início do século XXI: o programa REUNI

A educação superior no Brasil, historicamente é marcada por bases elitistas; no entanto há um conjunto de resistências que se constituíram na formação social brasileira. Como um dos resultados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 se apresenta na perspectiva da afirmação da educação como direito universal.

Com isso, o Plano Nacional de Educação (PNE)² previsto pela LDB 9.394/1996 estabeleceu como uma de suas metas para a educação superior, a oferta da modalidade de ensino para cursos de graduação para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, a ser implementado no período de dez anos.

No ano de 2007, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007 a 2010), com a agenda política do governo centrada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi incumbido aos Ministérios elaborar planejamento estratégico, tático e operacional para execução de suas metas. O Ministério da Educação (MEC) elaborou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que se organizou em quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e tecnológica e alfabetização. Cada um desses eixos elencou um conjunto de metas a cumprir. No caso da educação superior foram apresentados cinco princípios, como, por exemplo, a expansão da oferta de vagas e a promoção da inclusão social pela educação (SAVIANI, 2009).

Para viabilização desses princípios, o PDE apresentou algumas ações políticas como o Programa REUNI, que foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096 de 24 de abril de 2007 que tratou da Reestruturação e Expansão das universidades federais. Ainda, o Programa REUNI foi uma política educacional que previu prazo para cumprir as metas previstas, após a adesão dos gestores das universidades federais por meio de termo de compromisso. O objetivo do REUNI foi ampliar o acesso e a permanência dos estudantes no ensino superior, nos cursos de graduação presenciais, a partir das estruturas físicas e recursos humanos existentes nessas instituições.

Nesse sentido, para cumprir a meta global do REUNI de acesso e permanência dos estudantes foi elaborado o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (artigo 1º). Portanto, não bastava ampliar o acesso ao ingresso no ensino superior sem elaborar uma estratégia que propiciasse

² Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001.

as condições de permanência desses estudantes, para que de fato a democratização do ensino se efetivasse. De acordo com Saviani (2009) o PNAES foi um “desdobramento necessário da democratização do acesso propiciada pelo REUNI”.

Dessa maneira, um dos índices que as universidades federais deveriam melhorar no período de cinco anos e que sempre foi um problema na educação superior refere-se a redução das taxas de evasão, a ocupação das vagas ociosas e o aumento das vagas de ingresso, sobretudo no período noturno, onde as universidades ficavam ociosas, pois a concentração dos cursos de graduação eram durante os turnos matutino e vespertino.

O incentivo que as universidades federais receberam por aderir ao REUNI foi o repasse de recursos financeiros de 20% das despesas de custeio e pessoal (artigo 3º, parágrafo 1º); porém esses recursos estariam condicionados às dotações orçamentárias do MEC.

No final do ano de 2007, das 54 universidades federais existentes no país, 53 assinaram o contrato de gestão aderindo ao REUNI. Não podemos deixar de destacar que o processo de adesão das universidades a essa política educacional contribuiu por dividir as opiniões dos sindicatos nacionais que representam os servidores docentes e técnico-administrativos das universidades. O movimento estudantil de base não compactua com a orientação política nacional da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocasionando manifestações estudantis no âmbito das universidades federais expressas em várias regiões do país (BOROWSKY, 2018).

Diante desse cenário, para termos noção da dimensão da disputa ideológica que ocorreu no ano de 2007 no âmbito das universidades federais, a comunidade universitária se dividiu em dois blocos antagônicos: os sujeitos que se posicionaram contra a assinatura do Termo de adesão ao Programa REUNI e os que se posicionaram a favor. Por exemplo, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) se posicionou contra a implementação do REUNI e produziu vários artigos denunciando a submissão dos gestores universitários a cumprir metas impostas pelo MEC, onde a essência do REUNI priorizava o ensino em detrimento da pesquisa e da extensão, o que propiciaria o rebaixamento e a qualidade dos cursos e a intensificação do trabalho docente (LIMA, 2010; MANCEBO, 2015).

Por outro lado, duas entidades foram decisivas para a disputa da política hegemônica para aprovação do Programa REUNI nos órgãos deliberativos das universidades: a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) que orientou a intervenção política dos Reitores e a União Nacional dos Estudantes (UNE) que orientava seus quadros políticos a disputarem esses espaços (BOROWSKY, 2018).

A Reunião do Conselho Universitário (CUV), no dia 14 de dezembro de 2007 que aprovou a participação da Universidade Federal Fluminense (UFF) no Programa REUNI foi marcada por manifestações e confronto entre os manifestantes e a polícia que foi acionada para conter servidores e estudantes contrários à adesão à política.

Contudo, esse ensaio não tem a pretensão de analisar a concepção do Programa REUNI, nem, tampouco, propor uma avaliação da forma como foi implementada essa política em nível

nacional e regional. A finalidade aqui é apresentar o programa e mostrar o quanto as universidades federais expandiram suas ofertas de vagas nos cursos de graduação presenciais; o quanto que, por meio das Políticas de Ações Afirmativas, as universidades se tornaram espaços mais plurais e diversificados, ainda que com todos os limites enfrentados.

Para termos ideia dessa expansão, a UFF entre os anos de 2006 a 2014 obteve crescimento de 222% do número de vagas ofertadas; o número de matrículas duplicou de 25.344 para 52.936. Em relação à quantidade de cursos, em 2006 tínhamos 50 cursos; em 2014 essa quantidade cresceu para 126 cursos de graduação presenciais (BOROWSKY, 2018).

De acordo com o Relatório de Gestão Integrado da UFF (2020), a Instituição possui 40.487 discentes em cursos de graduação presenciais e 16.131 discentes em cursos EAD. Ainda, possui 3.543 docentes e 4.662 servidores técnico-administrativos atuando na UFF de Niterói e nos oito municípios fluminenses onde a universidade está presente: Volta Redonda, Angra dos Reis, Petrópolis, Nova Friburgo, Macaé, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes e Santo Antônio de Pádua.

Universidade Federal Fluminense, Serviço Social de Campos e REUNI: trajetórias da expansão universitária e desafios

Desde o ano de 1962, os variados passos realizados pelas gestões e sua comunidade acadêmica, expressavam, ao mesmo tempo, um caminhar direcionado ao fortalecimento da formação profissional de futuros assistentes sociais, à consolidação institucional como referência regional de formação superior³. Conquistar sua autonomia em relação à sede da universidade a partir do desenvolvimento e fortalecimento do ensino, de múltiplos projetos de extensão universitárias com pesquisas, na aquisição e ampliação de espaços físicos, na transformação de seu primeiro e único departamento (de Serviço Social) no Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR), adicionando outro departamento (de Fundamentos de Ciências da Sociedade - SFC), expressavam sua vocação institucional-acadêmica voltada para a expansão.

No entanto, é somente no ano de 2006 que é elaborado e apresentado o seu primeiro projeto estruturado de expansão universitária às instâncias superiores da universidade, à época, intitulado “Implantação e consolidação do Polo Universitário de Campos dos Goytacazes”, com alguns indicadores centrais que o direcionava no sentido de sua superação: as restritas e/ou ausentes perspectivas de formação superior, pública e gratuita, para jovens e adultos na região e entornos, com crescentes estatísticas apresentadas nas pesquisas oficiais; a escassez de oferta de cursos no campo das ciências sociais e humanas para formação de professores; a interiorização da

³ A sede própria, adquirida em 1975, foi, então, ampliada com a aquisição de uma área de aproximadamente 4.517m², com uma edificação, elevando a área total para 6.879,94 m². Posteriormente, em 1999 é fundado o Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional e o Departamento de Fundamentos das Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, por meio da Resolução 62/1999, do Conselho Universitário da UFF.

universidade federal fluminense, à época, em seus quase quarenta anos e os parques espaços físicos apontando-se para a necessária ampliação, com a construção de novas salas de aula; biblioteca; restaurante universitário; auditórios; centros acadêmicos; para os projetos de pesquisa, extensão e laboratórios⁴. Enfatizava-se no referido projeto:

[...] a Universidade busca, por meio da formação de pessoas, proporcionar qualidade de vida a cada um e ao conjunto de cidadãos de uma comunidade, promovendo o desenvolvimento regional. Desta forma, as políticas públicas integradas, que podem viabilizar o desenvolvimento regional, devem ser estabelecidas por processo consensual e definidas no coletivo social, representado em suas várias identidades (UFF-ESR Campos, 2006, p.3).

Ainda, seguindo os trechos seguintes do presente Projeto,

[...] destina-se a dar respostas aos anseios da comunidade da região do norte e noroeste fluminenses que percebe na oportunidade de educação superior pública, o caminho que irá lhe permitir ser sujeito de seu próprio destino, cidadão comprometido com o projeto de desenvolvimento nacional, integrante da sociedade do conhecimento e partícipe de um mundo mais solidário (UFF-ESR Campos, 2006, p.3)

Mas, não foi neste contexto que a expansão da unidade universitária de Campos foi contemplada com seu projeto, pois outro estava em disputa e foi o vencedor⁵.

Com novas perspectivas, a reafirmação da expansão universitária era contínua nos debates internos entre os docentes do curso de Serviço Social de Campos (SSC) e seus pares das áreas das ciências sociais aplicadas, assim como por meio do fortalecimento da participação enquanto representações nas instâncias superiores da Universidade.

A aprovação do Programa REUNI, em 14 de dezembro de 2007, no âmbito geral da universidade representou para o contexto local do ESR, um horizonte de lutas, de desafios e de novos diálogos com vistas à retomada do primeiro projeto de expansão da UFF Campos, sobretudo para outras direções, uma vez que já se acumulavam relevantes análises, com amplos e profundos debates desenvolvidos por todos os segmentos acadêmicos, acrescidos de outras instituições públicas de ensino superior da região.

Neste projeto REUNI - Campos, entre as principais diretrizes para a expansão universitária, os novos cursos de graduação traziam consigo múltiplos e amplos dimensionamentos: em oport-

⁴ Este projeto foi elaborado pela direção do Instituto, prof. José Luís Vianna da Cruz, e pela coordenação da graduação em Serviço Social, prof^a Leda Regina de Barros Silva, em diálogo direto com a comunidade acadêmica – docentes, técnicos administrativos e estudantes, ainda que não tenha aprofundado o debate sobre as escolhas de novas formações superiores – biblioteconomia e documentação, geografia e ciências sociais (bacharelado e licenciatura), produção cultural e psicologia . Contou com o apoio de pesquisas de docentes da UFF - Campos e da UFRJ, Rosélia Piquet, assim como da assessora da pedagoga Lúcia Bastos Lemos Barreto. A coordenação geral coube ao Reitor, prof. Cícero Mauro Fialho Rodrigues e suas equipes técnicas .

⁵ A justificativa desse resultado foi que no âmbito da reitoria e de suas instâncias superiores, a correlação de forças, envolvia, sobretudo, a disputa por outro projeto, sendo este vitorioso, com a deliberação por novos cursos de graduação em parceria, sobretudo, financeira, com a administração pública local de um município, em uma região totalmente sem a sua presença anterior.

tunidades de acesso de jovens e adultos das classes mais empobrecidas, historicamente excluídos do ensino superior público; por meio do reingresso e mudança de curso; em recursos humanos para a docência; para a administração e gestão das demandas sociais, com quadros de profissionais de áreas de conhecimentos diversos (psicólogo, administrador, pedagogo, assistente social e contador) a partir da previsão de vagas em concursos públicos; em ampliação da infraestrutura física, requerendo novos espaços físicos para a estruturação das graduações e pós-graduações, para a pesquisa, para a extensão. Para a ampliação física, com novas estruturas para acolher a expansão, os diálogos interinstitucionais foram essenciais, definindo-se por uma das áreas da antiga RFSA – Rede Ferroviária Federal S/A, em uma região central de Campos. O projeto físico foi constituído por 2 prédios de 7 andares e 1 galpão, intitulado de galpão cultural, proveniente do antigo armazém de açúcar da RFSA, na avenida XV de Novembro.

A perspectiva construída no projeto tinha fundamentalmente a compreensão de uma universidade cada vez mais plural, inclusiva, acessível, com vistas ao fortalecimento do tripé ensino, pesquisa e extensão, com ações contínuas em acessibilidade, assistência estudantil e diálogos contínuos com a comunidade acadêmica.

Neste sentido, tempo e espaço eram cruciais naquele contexto. São duas dimensões que movimentaram, dialeticamente, o cotidiano da universidade, seja por relações de afirmação, negação, seja pelo compromisso político de se construir os necessários e possíveis ajustes, com as devidas atualizações e sínteses, respeitando-se, especialmente, a autonomia universitária e as particularidades acadêmicas regionais.

O tempo diz respeito às trajetórias e projetos desenvolvidos, revisados e propostos, onde cada comunidade acadêmica buscava preservar suas referências históricas. Sobre o espaço, ressaltam-se as múltiplas dimensões dos debates, suas matrizes e consequências. Harvey (2004) alerta sobre a função social e política da universidade, sobretudo como espaço de lutas e da construção do pensamento contra hegemônico.

No ano de 2009, inicia-se a implementação da expansão universitária em Campos, com a projeção para a implantação de seis cursos de graduação na modalidade bacharelado e três licenciaturas, com três mil vagas discentes, a formação de novos quadros profissionais, com concursos para docentes, técnico-administrativos, assim como a organização das equipes para o apoio administrativo-operacional, por meio da terceirização de serviços. Tratam-se das diretrizes previstas no projeto e efetivadas, expressando um passo importante face aos objetivos mais relevantes do mesmo.

O projeto concretizou-se com cinco novos cursos de bacharelado e três licenciaturas, sendo oito novos projetos de graduação e a exclusão por requisição da reitoria e endossada por decisão interna, o bacharelado em Direito, justificado pela restrita disponibilidade de vagas docentes no projeto REUNI da UFF. Com o bacharelado em Serviço Social, totalizam-se nove graduações⁶.

⁶ No bacharelado, são os cursos de Ciências Sociais, Geografia, História, Psicologia, Economia e Direito. As licenciaturas são em Geografia, Ciências Sociais e História.

No bojo da construção e implementação do projeto, assinalava-se, também, a projeção da expansão com importantes impactos no ensino, na pesquisa, na extensão e para as pós-graduações, sobretudo no *stricto sensu*, mestrados e doutorados, trazendo para o seu interior estudantes de variadas identidades regionais brasileiras, com recortes de raça, classe, gênero e de interesses distintos de formação e múltiplas potencialidades, impulsionando, assim, a transversalidade, a multidimensionalidade, a interdisciplinaridade nos variados espaços de produção de conhecimento.

Com 12 anos de implementação do Programa REUNI, pode-se afirmar que esse processo impõe desafios contínuos, seja no que diz respeito à gestão pública, ao lugar que a mesma ocupa na perspectiva dos diálogos internos e externos sobre o desenvolvimento regional, a direção político-institucional, por parte da gestão atual, para a finalização da construção e operacionalização das novas instalações físicas e o debate acadêmico, voltado para o aprofundamento das temáticas relacionadas às demandas que se impõe na sociedade.

O REUNI e a trajetória de alunas negras do Curso de Serviço Social na UFF de Campos

Pensar a trajetória de alunas e alunos negras e negros na UFF nas terras Goitacá é se aproximar de contexto de resistência, resiliência e compreensão de si tal qual Lélia Gonzáles (1980) grita: “o lixo vai falar, e numa boa”. As falas ecoam como os gritos da senzala que clamam por liberdade até os dias de hoje.

Diante disso, a escolha para a escrita e compreensão das trajetórias de alunas negras do Curso de Serviço Social da UFF Campos se deu através da escolha de duas mulheres que pudessem representar o protagonismo dessas. Um protagonismo, que não sem dor e luta, mostrará nessas pequenas letras o desenho de uma trajetória aguerrida na luta por uma sociedade igualitária e livre do racismo.

Cabe destacar que as entrevistas ocorreram na Tenda 1, com uso de celular para a gravação e posterior transcrição. As envolvidas seguiram as medidas de proteção sanitárias necessárias para o momento e as entrevistadas assinaram termo de consentimento livre esclarecido para a publicação deste capítulo.

Sendo assim, as duas entrevistadas se autodeclararam pretas e se reconhecem como mulheres e tiveram todo o ensino médio cursado em escola pública. Cabe destacar que a Preta 1, de 32 anos, depois de concluir o curso de Serviço Social em 2012, realizou o Mestrado, também na UFF Campos e, atualmente, está cursando o Doutorado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. Já a 2ª entrevistada, Preta 2, de 25 anos, iniciou o curso em 2017.1 e, portanto, ainda não concluiu a sua graduação.

Ao dialogarmos sobre a trajetórias das entrevistadas nos seus percursos no curso de graduação compreende-se que o ser negra está além da cor, do fenótipo, ou seja do biológico. As pretas nos apresentaram dores, angústias e resistências que marcam a condição de ser mulher

negra na universidade pública, e isto declara-se enquanto condição social guiada pelo racismo estrutural.

Porque eu entendo que não só a minha cor da pele e os meus fenótipos, mas toda uma trajetória da minha existência está assinada com a perspectiva de ser preta, eu sou preta não só por conta da minha cor da pele, mas porque eu entendo que sobre mim recai uma ancestralidade e questões históricas que são ligadas à discriminação, ao preconceito, eu me reconheço como preta por isso. (Preta 1)

Como aponta Oyêwùmí (2021) a ideia da definição biológica sobre o corpo negro declara o olhar do branco acerca da desconstrução, do não ser e na escala de cor sobre qual corpo sofre mais racismo em detrimento de outros corpos negros. Diante disso, aponta-se para a compreensão do ser negro a partir de uma construção social que demarca toda a história, cultura, religiosidade e estar no mundo de um povo, o estar em África.

Mesmo com a imposição sobre o ser ou não ser negro, como sinaliza Angela Davis (2016) o negro é o que o branco não quer ser. Cabe destacar que as falas deixam claro que o lugar da mulher negra é “onde ela quiser”, pois não houve momento em que tais mulheres sinalizassem que a universidade não era para elas. Todavia, as condições objetivas de existência testavam diariamente a possibilidade de se sustentarem na universidade, relatos de fome, cansaço e desigualdades foram a marca do nosso diálogo. E assim mostram a importância da assistência estudantil, através das bolsas, destinadas às alunas negras como mola propulsora para a permanência na universidade.

Aí eu consegui passar pela cota, aí ele ficou todo feliz e como o ônibus de lá pra cá era acho que quase duzentos reais e a gente não tinha dinheiro pra nada, aí a gente conversou com outros estudantes daqui e eles falaram: “Ah, se você vier morar aqui você consegue a Bolsa com alimento que é 350”. Aí eu vim, vim com cesta básica e só as malas, eu e minha irmã, minha irmã também chegou a passar pra Serviço Social também; e 200 reais que foi o que a gente tinha na época. [...] E a gente foi, deu entrada pra solicitar a Bolsa com alimento, só que demorou muito tempo, desde o início do ano... acho que foi cair em setembro, outubro. Aí, esse percurso todo a gente, tipo, eu vim pra cá com 200 reais, eu nem ia vir, eu chorava, chorava, falava: “Duzentos reais não vai dar pra mim ficar lá”. (Preta 2)

Por outro lado, apesar das bolsas de assistência estudantil ser a possibilidade de matar a fome e morar próximo a universidade, as pretas fazem uma análise importante da bolsa como a única forma de legitimação da permanência das alunas negras na universidade diante da dificuldade de inserção no mercado de trabalho e as formas de trabalhos subalternos e mal pagos impostos à mulher negra no Brasil (GONZALES, 1980). Bem como pontuam que as bolsas são o caminho para a formação, pois possibilitam a participação em eventos e congressos. E ainda, Preta 2 sinaliza que não há estímulo para realizar o mestrado no campus, pois a oferta de bolsas é baixa e teme a dificuldade de manutenção de si no curso.

A compreensão sobre a trajetória dessas mulheres revela as expressões do racismo estrutural e institucional presentes na vida cotidiana de alunas e alunos negros da UFF Campos e pouco exposto ou pouco escutado pelas e nas universidades públicas. A análise de Almeida

(2018), centra-se, entre outros, no entendimento de que a naturalização de ações, hábitos, situações, narrativas e pensamentos, cultuados na vida cotidiana do povo brasileiro que se reproduzem, promovem, direta e indiretamente, a segregação ou o preconceito racial. Destaca, ainda, que o Reuni, a Lei de Cotas e a entrada massiva desses sujeitos nas universidades públicas não é o suficiente para descortinarmos o racismo como estruturado em nossa sociedade. Ao indagadas sobre a entrada e percurso na universidade, as falas causaram comoção, preocupação, repulsa e tristeza as entrevistadas, pois foi possível perceber que pouco chega até nós sobre a real condição das alunas negras que circulam pelo pátio e corredores da UFF Campos.

[...] era muito difícil não ter alimentação na UFF, não ter aonde comer, não ter onde fazer e o restaurante de um real, que hoje muitos alunos têm utilizado, nem isso tinha na época. Então, realmente muita gente ficava aqui com fome mesmo. Eu fui uma que várias vezes fiquei, porque não tinha como ir em casa, não tinha como ficar gastando dinheiro à toa. (Preta 1)

Aí terceiro ano também a mesma coisa, aí no terceiro ano consegui o “Desenvolvimento Acadêmico”, que aí aumentou mais, foi pra 740, aí no terceiro ano.... aí já tava melhorando de vida, já tava comendo, já tava fazendo várias coisas. Porque como ela falou mesmo, a gente vinha pra cá com fome, não tinha dinheiro pra “Chiquinho” nem nada, ficava com fome. (Preta 2)

Com isso, apesar da Preta 1 nos apresentar que o Reuni torna a UFF mais colorida, diversa e plural, ainda é destacado o racismo como grande silenciador das alunas negras e alunos negros, como aponta Kilomba (2008) a máscara imposta aos negros escravizados ainda que invisível aos nossos, ainda é viva no presente. A máscara silenciadora do povo preto ela é vivenciada pelas alunas através de práticas racistas como: o cerceamento de direitos, a não oferta de possibilidades, o assédio ao corpo das mulheres negras, a não assistência estudantil adequada, a crítica a escrita e o não acolhimento as alunas mães.

Ficou bem mais colorida a sala de aula, o pátio, as conversas se modificaram também porque eram outros tipos de diálogo, outras formas de se comunicar, muitos alunos de muitos lugares diferentes. Quando eu voltei pro Serviço Social, que eu saí do Serviço Social com a maioria de mulheres que eram do Norte Fluminense, né, dessa região, a maioria branca.

Quando eu voltei pra História, que eu vi aquela diferença, aquela diversidade toda, eu fiquei encantada, eu pensei que aquilo nunca seria possível aqui na UFF, mas era. Inclusive, na época eu conheci um rapaz que ele tinha conseguido uma licença porque ele era presidiário e ele tinha conseguido uma licença pra estudar aqui. Então, assim, era tanta coisa de novidade, né, tantas outras visões de mundo que foram se colocando aqui e a própria luta, por exemplo, não só antirracista, mas como a LGBT; essa luta, ela é fruto do REUNI, porque antigamente isso aí era uma questão que passava totalmente despercebida, ia escorregando e ninguém nem tocava muito nesse assunto. (Preta 1)

É compreendido que o Reuni possibilita a entrada de uma diversidade de sujeitos que fortalecem a luta coletiva das alunas e incorpora o sentimento de universidade, dentro da pluralidade que este local se destina, ao curso de Serviço Social. E é através dessa pluralidade que a população negra se faz presente neste espaço. E as falas refletem sobre o espaço proposto e pensado para estes corpos habitarem, porém, um espaço não ausente de racismo e das desigualdades impostas pelos não brancos.

Ao indagarmos as alunas sobre racismo vivenciado ou observado na universidade, apenas a Preta 1 apresentou um relato de racismo contra ela, já a Preta 2 relatou o racismo vivenciado por sua irmã. No entanto, as pretas relatam que diretamente não sofreram racismo “descarado”, mas que o racismo institucional bate a porta delas diuturnamente todas as vezes que sentiram fome, que não passaram em processos para pesquisa ou extensão, que suas escolhas não foram respeitadas, que tiveram que andar a pé até a universidade no sol quente e que seus corpos foram assediados, ou seja, que simbolicamente disseram a elas que seu lugar não era na UFF.

[...] ele viu a minha prova, a minha prova tinha muitos erros de português e ele virou pra mim e falou assim: “Também, vindo de escola pública, tu passou em qual posição? Trinta e pouco, né? Quase nas últimas. É isso que acontece, é a UFF caindo a qualidade, deixando todo mundo entrar”. E aquilo, assim, me fez muito mal, porque eu me senti um nada. E eu entendo que ele fez isso não só por um preconceito de classe, porque eu vim da escola pública realmente, mas também por um preconceito de raça. Ele me expôs, ele expôs os erros da minha prova... por que só a minha? Por que só a minha? Será que só a minha tinha erros de português ou será que só a minha ele viu coisas ruins, né? (Preta1)

[...] na hora da gente escolher o campo de estágio e tal, eu poderia escolher, mas eu deixei pro final. Aí, minha irmã, ela poderia escolher também porque eram os melhores “CRs”, aí tinha vaga pro CREAS, mas era lá no Jardim Carioca e era muito longe, a gente não tinha dinheiro pra passagem também e minha irmã tava desempregada()Aí tipo, eu dividia minha Bolsa com ela, tipo, a gente pagava as coisas e tal. Aí na hora de pegar o campo, (...) Aí falaram assim: “Ah, mas você tem que pegar lá porque é a população como você, assim, população preta, marginalizada, entendeu, você vai se identificar, é umas pessoas como você, como a sua realidade”. Aí daquilo ali a gente viu, né, que foi racismo, foi porque a mulher preta. (Preta 2)

Parte da trajetória e os percursos dessas mulheres servem para ilustrar a dificuldade da entrada e permanência de alunas negras e alunos negros na universidade pública e destaca-se a maior dificuldade como a permanência. O caminho pensado para o Reuni e a ampliação de bolsas permitiu e permite a entrada desses sujeitos, mas está longe de assegurar com qualidade a permanência destes. A exposição às desigualdades, à fome e ao racismo são princípios para a existência da maioria desses sujeitos na universidade. Todavia, não são motivos para a desistência. As entrevistadas trazem reflexões fundamentais para olharmos como a universidade ainda precisa incorporar o tema raça nos seus currículos, pesquisas, extensões e na luta antirracista no pátio e corredores da UFF Campos. Pois o verbo ainda é SOBREVIVER, mas as falas dessas mulheres demonstram que o verbo DESISTIR sempre esteve presente com o tema formação universitária, mas o apoio de suas famílias nunca deixou que ele ganhasse força. E mesmo com a sobrevivência o “lixo” falou, falou com dor, com luta, com resiliência e com criticidade. O lixo falou da UFF Campos que poucos conhecem ou param para ouvir, mas que é parte e se forma na UFF Campos.

A falta de dinheiro e a necessidade de criar uma criança, sem pai, com a ajuda dos meus pais. Então, quando meu peito enchia de leite, que às vezes eu tava aqui com fome, que eu sabia que eu tinha uma criança que eu tava... querendo ser amamentada em casa, e eu pensava: “Meu Deus, o quê que eu tô fazendo aqui? Eu acho que tô perdendo o meu tempo. Porque tem coisas reais, concretas que precisam ser resolvidas e eu tô aqui fazendo uma faculdade que vai durar no mínimo quatro anos, né?” Então eu pensava em desistir, pensei várias vezes, mas a minha avó não me deixava desistir e a minha mãe não me deixaram desistir. (Preta 1)

A história de vida universitária dessas mulheres nos ajuda a compreender a importância de estarmos atentos ao debate racial na universidade e ainda mais atentos as alunas negras e alunos negros como forma de compreensão e respeito a sua condição de ser e busca por romper com o racismo entranhado a universidade pública. Foi possível aprender com elas uma UFF Campos que pouco ouvimos, sobre suas estórias, dificuldades, enfrentamentos e resiliência para assim melhor construirmos ações em sala de aula, na universidade e na extensão. A UFF Campos expandiu com o Reuni, ficou mais “colorida”, mas infelizmente a cor preta ainda é silenciada, posta a máscara de Grada Kilomba, pouco vista e discutida como fruto do REUNI.

Considerações finais

A expansão dos cursos de graduação do ESR, a partir do Programa REUNI traz para o município de Campos de Goytacazes a possibilidade da formação superior pública e de qualidade em novas áreas do conhecimento. Iniciada pelo Curso de Serviço Social, a UFF Goytacá celebra os seus 60 anos, em 2022 e nos permite a possibilidade de reflexões pertinentes sobre sua história, constituição e continuidade.

Olhar para as alunas negras do Curso de Serviço Social da UFF de Campos através das duas entrevistadas possibilitou compreendermos pontos fundamentais sobre o acesso a política de educação como possibilidade emancipatória. Histórias de luta, resistência e resiliência no curso superior travestido da impossibilidade de desistir da formação superior é marca das entrevistadas, bem como ganha destaque a importância de uma assistência estudantil que ampare as alunas para sua permanência.

Diante disso, nem o REUNI e, nem a Lei de Cotas foi e é o suficiente para a permanência de alunas e alunos negros UFF de Campos, e sim a resistência desse povo na crença da educação como forma de emancipação social, econômica e política

A assistência estudantil a partir das bolsas e auxílios⁷ se torna a única forma da manutenção das alunas e alunos negros na universidade, sobretudo diante da extrema dificuldade que tais sujeitos vivenciam para a sua sobrevivência atrelados ao alto índice de desemprego, em especial para mulheres jovens sem nível superior, o que ainda torna maior entre mulheres negras, as quais sempre fora dada o lugar do serviço doméstico, sem vínculo e mal remunerado.

As trajetórias aqui apresentadas tiveram pretensão de mostrar ao leitor uma pequena parcela da importância da universidade pública para a população negra e ainda mostrar como se deu e se dá o cotidiano de alunas negras no Curso de Serviço Social da UFF de Campos, não isentas do racismo e das dores que o racismo as impõe, mas repletas de resistência para transbordarem seu saber e seus desejos por uma formação de nível superior de qualidade.

⁷ Bolsa Acolhimento para Estudante Ingressante; Bolsa Apoio Emergencial; Bolsa de Apoio aos Estudantes com Deficiência; Auxílio Alimentação; Auxílio Moradia; Auxílio Creche; Auxílio Saúde; dentre outras.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BOROWSKY, M. M. **“FILHOS DO REUNI”**: Avanços e Limites do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais na Formação Acadêmica dos Estudantes. 2018. 160 f. Dissertação (Mestrado de Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ.
- BRASIL. Decreto n. 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 abr. 2007.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 julho. 2010.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, Boitempo, 2016.
- GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1980.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 3ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**- episódios do racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2008.
- LIMA, Kátia. Trabalho docente e formação profissional nas universidades federais. **Revista de Políticas Públicas**, UFMA: São Luís, MA, n. esp., p. 313-321, 2010.
- MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil: 1995-2010. In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 60, jan.-mar. 2015.
- OYÊWUMÍ, Oyèrónkè. **A invenção das mulheres**- construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. tradução de Wanderson Flor do Nascimento- 1a ed.- Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- SAVIANI, Dermeval. **Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

NOTAS

* Juliana Desiderio Lobo Prudencio

Assistente Social pela UFF, mestre e doutora em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da UFF. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social de Campos. Coordenadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas – NEPSAD e coordenadora no projeto de extensão a Agenda Antirracista.

E-mail: julianalobo@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0003-3068-0097>

** Leda Regina de Barros Silva

Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Docente do Curso de Serviço Social - UFF/ Campos, Coordenadora da Pós-Graduação Lato Sensu em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense.

E-mail: ledabarro@id.uff.br

<https://orcid.org/0000.0003-0145-7128>

***** Micheli Marques Borowsky**

Pedagoga, Mestre em Políticas Sociais, Pedagoga do ESR/UFF Campos.

E-mail: micheliborowsky@id.uff.br

<https://orcid.org/0000-0002-6534-2138>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

HISTÓRICO

Recebido em: 21-01-2022 – Aprovado em: 14-02-2022 – Publicado em: 14-06-2022